

TÍTULO: SALAS DE TRATAMENTO: LOCAIS SEGUROS?

Autor: Teresa Isabel Bexiga Borges

Introdução

A tríade epidemiológica constituída pelo agente etiológico, o hospedeiro e o ambiente coexiste em ecossistema, num equilíbrio cuja alteração de pelo menos uma destas variáveis pode desencadear doença. Assim, a segurança ambiental é assumidamente um pressuposto básico para a segurança dos cuidados.

Objetivos

Revisitar para melhorar as condições estruturais adequadas das salas tratamento de feridas tendo em vista a segurança do utente.

Metodologia

Reflexão crítica, com base em pesquisa bibliográfica sobre pressupostos teóricos, normas e procedimentos das mais recentes evidências científicas sobre a adequação estrutural das salas de tratamentos.

Desenvolvimento / Resultados

Da pesquisa bibliográfica salienta-se a conservação dos espaços limpos e a utilização segura de dispositivos médicos estéreis DME. Entre cada utente é exigível a desinfeção da bancada, da marquesa e o arejamento do espaço. No fim de cada período de tratamentos, o plano de limpeza deverá incluir a remoção segura de resíduos, triados na fonte para os respetivos grupos de risco e a higienização ambiental, desinfetando corretamente carros de pensos, bancadas, lavatório, banca, torneiras e pavimento. A utilização de DME exige um circuito próprio com ênfase nas etapas críticas. Os DME reutilizáveis devem ser recolhidos diariamente em contentores herméticos, rígidos, higienizáveis, seguindo circuito de

transporte para a central de esterilização. As condições de armazenamento e manipulação de DME, reutilizáveis/de uso único, merecem também o compromisso de garantia das boas práticas. É fundamental garantir a assepsia no transporte, armazenamento imediato em área dedicada; acondicionamento em armários ou vitrinas fechados e exclusivos até à utilização, sem empilhar, dobrar ou manipulações desnecessariamente para não danificar as embalagens e garantir a esterilidade.

Conclusão

A segurança das salas de tratamentos pressupõe uma diversidade de fatores. À competência dos profissionais, qualidade de produtos e apósitos que dispomos, aliam-se a higienização ambiental e a gestão dos DME. Estes são determinantes para o sucesso da recuperação dos utentes, o que requer atenção dos responsáveis locais do controlo de infeção no sentido de monitorizar não só o que concerne às práticas como também à preservação das condições estruturais. A formação das equipas, as auditorias periódicas e a divulgação dos resultados constituem ferramentas impulsionadoras de práticas seguras.

Referências Bibliográficas

USF Cruz de Celas (2019). Manual de boas práticas em prevenção e controlo de infeção

AESOP (2013). Práticas Recomendadas para o Bloco Operatório. 2ª Edição. Lisboa: Multitema

Costa, A [et al] (2001). Manual de Normas e Procedimentos para um Serviço Central de esterilização em Estabelecimentos de Saúde. Lisboa, DGS

Ontário Hospital Association (2011). Optimizing Your Perioperative Supply Chain: A Guide to Improvement Projects. Ontário, OHA

PIDAC (2012). Best Practices for Environmental cleaning for Prevention and Control of Infections. 2ª revision. Toronto, ON: Queen's Printer for Ontário

UONIE/ACSS (2011). Recomendações Técnicas para Bloco Operatório: RT5/2011. Lisboa, ACSS